

CHOQUE DE POTÊNCIAS E INTEGRAÇÃO REGIONAL NA REGIÃO DO OCEANO ÍNDICO: DIMENSÃO ESTRATÉGICA E DISPUTA DE PODER NO PÓS-GUERRA FRIA

Guilherme Thudium¹

RESUMO

Este artigo oferece um exame das principais tendências que apontam para a intensificação das disputas de poder interestatal na Região do Oceano Índico (ROI), espaço de crescente interesse no concerto estratégico do século XXI. Neste prisma, buscar-se-á fazer uma análise da importância estratégica deste espaço, bem como das dinâmicas regionais de segurança, competição e integração regional existentes. A hipótese central sugere que a crescente relevância adquirida pela região no cenário global deu origem a um “choque de potências”, sendo Estados Unidos, Índia e China os principais atores envolvidos. A pesquisa também buscou contextualizar o interesse aumentado pela região com diretrizes oficiais adotadas recentemente por atores relativamente novos, como é o caso da Alemanha.

Palavras-chave: Choque de Potências; Integração Regional; Oceano Índico.

¹ Doutorando. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Rio Grande do Sul (RS), Brasil. E-mail: guilherme.thudium@ufrgs.br / Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-2939-7238>

INTRODUÇÃO²

O presente trabalho busca estudar a Região do Oceano Índico sob a ótica da segurança internacional e da integração regional, especialmente as novas disputas de poder que surgem no espaço marítimo Índico, bem como a segurança coletiva e a governança dessa área no pós-Guerra Fria. Na medida em que se pretende, como objetivo geral do artigo, analisar a importância estratégica e a dinâmica de disputa de poder na Região do Oceano Índico, tem-se como hipótese central que a crescente relevância adquirida pela região no cenário global deu origem a um “choque de potências”³, sendo Estados Unidos, Índia e China os principais atores envolvidos. A Alemanha também receberá destaque nesta pesquisa como um novo *player*, devido às renovadas diretrizes de inserção pacífica e governança global recentemente adotadas pelo país para a região (DEUTSCHLAND, 2020). As suas capacidades, contudo, são inferiores às demais potências supracitadas.⁴

Seja em função da transição gradual do centro global de poder, que se desloca para o Indo-Pacífico, dos movimentos migratórios que fazem uso de vias marítimas, da necessidade de proteção ao meio ambiente, da pirataria e do tráfico de drogas, temas como política e estratégia marítima e segurança coletiva dos mares meridionais terão um papel cada vez mais importante nos debates sobre política internacional, segurança e integração. Hodiernamente, o Oceano Índico encontra-se no cerne das principais linhas de comunicação global, assumindo crucial importância na nova geopolítica mundial. A importância estratégica e, especialmente, as disputas de poder entre grandes potências (*Great Power Rivalry*) na Região do Oceano Índico, todavia, representam uma lacuna bibliográfica

² O presente artigo foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

³ Para os fins deste estudo, grande potência é aquela detentora de três capacidades securitárias determinantes: capacidade estratégica de segundo ataque (dissuasão nuclear); comando do espaço; e a inexpugnabilidade frente a ataques convencionais (CEPIK, 2013; IISS, 2021). Das potências presentes na região do Índico, somente Estados Unidos e China mostraram-se detentores dessas três capacidades, sendo a Índia uma potência emergente aspirante a esta categoria. Neste sentido, para Anthony Cordtsman e Abdullah Toukan (2015), o teste fundamental de poder na Região do Oceano Índico recai sobre o balanceamento entre o ar e o mar: se um Estado tem poder marítimo e aéreo suficiente para efetivamente ameaçar os movimentos marítimos e aéreos para além do seu próprio perímetro de alcance.

⁴ A Alemanha, neste sentido, pode ser melhor entendida como uma potência regional que atua em uma posição de liderança no concerto institucional da UE, uma instituição supranacional com contornos de grande potência.

na academia brasileira especializada.

O estudo será estruturado em três partes. Em um primeiro plano, é apresentada uma releitura do complexo de segurança da Ásia Meridional, visto que as dinâmicas securitárias regionais adquiriram crescente importância no estudo da política internacional do pós-Guerra Fria. Neste sentido, o marco teórico escolhido é aquele oferecido pela Escola de Copenhagen, notadamente o trabalho de Buzan & Wæver (2003), que, argumenta-se, ainda se prova atual para a dinâmica vigente na Ásia Meridional, região central para a análise da Região do Oceano Índico.

Em um segundo momento, oferece-se um panorama da dinâmica regional vigente, abordando algumas das principais tendências que apontam para o recrudescimento das disputas de poder entre atores regionais e extrarregionais na Região do Oceano Índico. A terceira seção, por fim, buscará analisar as principais instituições multilaterais para articulação e coordenação estratégica do Oceano Índico, quais sejam, o *Indian Ocean Naval Symposium* (IONS) e a *Indian-Ocean Rim Association* (IORA). O foco desta última seção se estenderá, ainda, a analisar a importância do aprimoramento de articulações comuns de projeção e monitoramento no Oceano Índico entre os países do Sul Geopolítico.⁵

2. O COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA (CRS) DA ÁSIA MERIDIONAL: CONTINUIDADE OU TRANSFORMAÇÃO?

A Ásia Meridional, ou Sul da Ásia, é a região mais populosa do planeta, com aproximadamente 1.8 bilhão de habitantes divididos em oito Estados – Afeganistão, Bangladesh, Butão, Índia, Nepal, Maldivas, Paquistão e Sri Lanka – distribuídos em um território que representa apenas 11.5% do continente asiático e 3.4% da superfície terrestre do planeta; e o Território Britânico do Oceano Índico, que compreende as mais de mil ilhas do arquipélago de Chagos.

A Escola de Copenhague de Relações Internacionais, por meio da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (TCRS), oferece uma abordagem ainda atual para as dinâmicas securitárias e de disputa de poder na região, que pode ser aplicada também ao seu entorno estratégico marítimo. A teoria foi inicialmente desenhada por Barry Buzan na primeira

⁵ A expressão “Sul Geopolítico” está relacionada aos países e movimentos associados à Cooperação Sul-Sul.

edição de *People, States and Fear* (1983) e aplicada em profundidade à Ásia Meridional, sendo justamente esta região, juntamente com o Sudeste Asiático e o Oriente Médio, os focos empíricos primordiais da TCRS. Posteriormente, em *Regions and Powers: The Structure of International Security*, Buzan & Wæver (2003) buscaram expandir a teoria e a aplicabilidade dela, aplicando-a a outras regiões diante das transformações do pós-Guerra Fria.

Buzan & Wæver (2003) trabalham com quatro níveis de análise: doméstico, regional, inter-regional e global. O argumento dos autores para a região a partir de 1991 é o de que as dinâmicas securitárias, principalmente nos níveis doméstico, regional e global, apresentam fortes sinais de continuidade se comparadas ao padrão da Guerra Fria, quando o sul asiático já possuía relativa autonomia regional, não sendo fundamentalmente redimensionado pela dinâmica global de competição entre as duas superpotências vigentes – Estados Unidos e União Soviética.

Todavia, existem sinais que apontam para uma transformação estrutural do complexo regional sul-asiático. O nível inter-regional passou a adquirir grande importância em relação aos demais, em função de uma transformação dual ainda em curso: (i) interna, causada pelo enfraquecimento da dinâmica bipolar e da primazia indiana na região; (ii) e externa, consequência da intensificação da rivalidade entre Índia e China (BUZAN & WÆVER, 2003).

O fundamento por trás da transformação interna está calcado no declínio do Paquistão e na sua incapacidade em se firmar como um polo de poder com capacidade de rivalizar com a Índia, apesar das suas capacidades nucleares. Assim, o padrão da região no pós-Guerra Fria favorece o surgimento de uma hegemonia unipolar, centrada na primazia indiana (RIBEIRO, 2015). Já o processo de transformação externa está baseado nas relações sino-indianas e no aumento das tensões entre os dois países, que já há muito transcendem a dinâmica Índia-Paquistão.

A partir do número de grandes potências e da distribuição de poder no interior dos CRS, Buzan & Wæver (2003) classificam-nos em três categorias principais: centralizado, de grande potência e padrão. O Sul da Ásia é classificado como um CRS do tipo padrão, assim como o Oriente Médio, o Chifre da África, a África Austral, Central e Ocidental, e a América do Sul, e caracteriza-se pela ausência de uma potência em nível global, ainda que possa haver uma potência regional.

De acordo com Buzan & Wæver (2003, p. 120, tradução nossa),

“até a visita do Presidente Bill Clinton, em março de 2000, os Estados Unidos pareciam classificar a Índia como uma potência regional apenas, localizada em uma área de interesse marginal, assim como o Brasil”. Contudo, a perspectiva de crescimento econômico e de capacidades militares levantada pelos autores foi confirmada, e hoje tanto os Estados Unidos como a China são confrontados pela nova posição regional e global da Índia. Isso se deve ao fato de que o país está transcendendo seu histórico confinamento à Ásia Meridional à medida que se estabelece como uma grande potência continental e adquire maior proeminência no espaço asiático como um todo (BUZAN & WÆVER, 2003), entendimento compartilhado por Brewster (2014) e Ribeiro (2019). Cabe destacar aqui, igualmente, que a Índia é o único país do subcontinente asiático com aspirações verdadeiramente globais (RIBEIRO, 2019).

Um dos indicadores do crescimento do poder indiano está no papel que o país vem desempenhando na dinâmica do Índico, sendo o principal protagonista no âmbito das organizações e iniciativas que envolvem a segurança e a governança do Oceano Índico, como a *Indian-Ocean Rim Association* (IORA) e o *Indian Ocean Naval Symposium* (IONS), que serão analisados posteriormente.⁶

⁶ Ver seção 3.2.

TABELA 1 - Principais mudanças no padrão do Complexo Regional de Segurança do Sul da Ásia nos níveis doméstico, regional, inter-regional e global na transição da Guerra Fria para o pós-Guerra Fria

<i>Doméstico</i>	No nível doméstico, o padrão geral na região mostra uma grande continuidade durante a transição da Guerra Fria para a era pós-Guerra Fria. Dentro desse padrão, a vida política doméstica no Afeganistão e no Paquistão tornou-se visivelmente mais fragmentada, caótica e violenta.
<i>Regional</i>	A nível regional, o padrão de amizade e inimizade entre os países manteve-se amplamente semelhante, com alguma intensificação da hostilidade entre a Índia e o Paquistão. Mas o aparente declínio do Paquistão questiona a bipolaridade de poder do CRS sul-asiático. Apesar do equalizador nuclear, a Índia mostra-se mais hegemônica na região. Assim, embora o nível regional tenha mantido sua forma tradicional, tornou-se cada vez menos importante para a Índia, permitindo-lhe uma maior latitude para definir horizontes de segurança mais amplos.
<i>Inter-regional</i>	No nível inter-regional, há continuidade nos padrões entre o sul da Ásia e o Oriente Médio e a China. O CRS do sul da Ásia não sofreu nenhuma transformação externa, mas sua posição no supercomplexo asiático foi reforçada pela adesão da Índia ao Fórum Regional da ASEAN. Os limites entre o complexo do sul da Ásia e seus vizinhos não estavam colapsando e formando novas configurações de amizade/inimizade e polaridade. Em vez disso, algo bastante diferente parecia estar se desenrolando. Os limites regionais permaneceram amplamente estáveis, enquanto todo o nível regional da Ásia Meridional diminuiu em importância relativa para a Índia. Com efeito, a Índia estava começando a estabelecer suas grandes credenciais de poder no nível inter-regional na Ásia.
<i>Global</i>	No nível global, houve um alto grau de continuidade no padrão geral de intervenção externa no sul da Ásia. Embora a Índia tenha perdido o apoio da União Soviética, o Paquistão manteve seu relacionamento com os Estados Unidos, desenvolvimentos que deixaram a China em uma posição de maior influência na Ásia Meridional.

Fonte: BUZAN & WÆVER, 2003, p. 125-126, tradução nossa. Elaboração própria.

Uma interpretação influente para a estrutura da segurança internacional no pós-Guerra Fria é a ideia de que o sistema internacional foi dividido em “dois mundos”: uma zona de paz e uma zona de conflito – abordagem que tem suas origens no trabalho de Karl Deutsch, Robert Keohane e Joseph Nye (BUZAN & WÆVER, 2003). Nesse modelo, a Ásia Meridional estaria situada na zona de conflito, “onde as regras tradicionais de política do poder das relações internacionais ainda prevalecem” (BUZAN & WÆVER, 2003, p. 125, tradução nossa). A Região do Oceano Índico, portanto, ainda é uma região marcada pela fragmentação, conflitos internos e rivalidades externas (VISENTINI, 2012).

De acordo com a teoria de Buzan & Wæver (2003), a distribuição de poder no pós-Guerra Fria compreenderia uma estrutura de 4+1, com quatro grandes potências – China, Rússia, União Europeia e Japão – e uma superpotência – os Estados Unidos. Para efeitos de análise estrutural, no entanto, escolhemos uma perspectiva atualizada que assume o sistema internacional como tripolar apenas, com grandes assimetrias de forças

convencionais e nucleares a favor dos Estados Unidos, ainda a única superpotência, em comparação com outras duas grandes potências, uma decadente (Rússia), porém assertivamente reemergente no espaço eurasiático, e outra ascendente (China) (CEPIK, 2013).

3. DINÂMICA REGIONAL E DISPUTA DE PODER NO OCEANO ÍNDICO

Peter Calvocoressi introduz, em *World Politics since 1945*, de forma sucinta, as dinâmicas que impulsionaram a ascensão da política e da estratégia marítima desde o século XX:

O mar adentrou na política internacional, economia e estratégia no século XX em razão das invenções técnicas. Além da invenção de armas militares com alcances que excedem o limite soberano tradicional de três milhas, o século assistiu à chegada do submarino, a capacidade de extração de petróleo e outros minerais do fundo do mar [...]. As tentativas de criação de uma autoridade internacional com regras geralmente aceitas foram obstruídas por muitos fatores, incluindo uma divisão entre Estados com e Estados sem a tecnologia e o dinheiro para explorar as riquezas e oportunidades dos mares. Os primeiros queriam a liberdade de fazer o que eram capazes de fazer, enquanto o resto queria controles mais amplos e uma participação nos lucros (CALVOCORESSI, 2009, p. 799, tradução nossa).

A reintrodução da Ásia nos assuntos internacionais causou a primeira grande ruptura da margem bipolar após a Guerra Fria (CALVOCORESSI, 2009). Do ponto de vista estratégico, a Ásia Meridional não abrange apenas os mais de cinco milhões de quilômetros quadrados de extensão territorial do subcontinente asiático, mas também o seu entorno marítimo. O Oceano Índico, terceira maior divisão oceânica do planeta, encontra-se no cerne das principais linhas de comunicação

global, assumindo crucial importância na nova geopolítica mundial do pós-Guerra Fria. A geografia do Oceano Índico abrange pontos marítimos de crucial importância estratégica, como o Mar Vermelho, o Mar Árábico, o Golfo de Bengala, o Mar de Java e o Mar do Sul da China.

Sobre a importância do Oceano Índico no século XXI, bem como as disputas locais e regionais impulsionadas pela eclosão econômica de China e Índia, principalmente, Robert Kaplan discorre:

Já o mais proeminente corredor interestatal de comércio e energia do mundo, o Oceano Índico será cada vez mais importante no futuro. A demanda global por energia deve aumentar em 45% no período entre 2006 e 2030, e quase metade do crescimento desta demanda virá da Índia e da China. A demanda chinesa por petróleo bruto dobrou entre 1995 e 2005 e vai dobrar novamente nos próximos 15 anos ou mais. Em 2030, a China deverá importar 8,1 milhões de barris de petróleo por dia, metade da produção planejada da Arábia Saudita. Mais de 85% dos produtos de petróleo e derivados com destino à China atravessam o Oceano Índico e passam pelo Estreito de Malaca. [...] Como a competição entre Índia e China sugere, o Oceano Índico será o epicentro das disputas globais no século XXI. As antigas fronteiras da Guerra Fria estão desmoronando rapidamente, e a Ásia está se tornando uma unidade mais integrada (KAPLAN, 2009, p. 20, tradução nossa).

Os países da Ásia Meridional compartilham dependências energéticas que fazem com que as rotas marítimas e os recursos energéticos presentes no Oceano Índico sejam essenciais para seus projetos de desenvolvimento. Com o rápido crescimento do continente asiático como um todo, surgem novas relações econômicas, especialmente com o Oriente Médio, a África e a América do Sul – além das já existentes com Europa e Estados Unidos – em virtude da necessidade aumentada de se importarem recursos, principalmente na China e na Índia. Em função do exponencial crescimento econômico, projeções recentes indicam que, até 2030, a Índia deve se tornar o terceiro maior consumidor energético do globo, passando

o Japão e a Rússia. Como consequência, o Oceano Índico está se tornando mais relevante que os oceanos Atlântico e Pacífico como corredor marítimo: transporta metade dos porta-contêineres do mundo, um terço do tráfego mundial de carga em massa e dois terços das embarcações petrolíferas (IORA, 2017).

Verifica-se também uma tendência de retomada da antiga rota do Cabo da Boa Esperança, com um aumento exponencial no trânsito de navios-petroleiros durante a última década. A rota, apesar de mais demorada, é também uma garantia de segurança aos ataques de piratas somalis no Golfo de Áden. Ademais, o Canal de Suez encontra-se cada vez mais sobrecarregado na medida em que as embarcações modernas estão cada vez maiores e mais pesadas, conforme observado no caso do navio porta-contêineres taiwanês de 224 mil toneladas *Ever Given*, que encalhou no canal no dia 23 de março de 2021 e provocou uma crise financeira multimilionária (DEFESANET, 2021).

O hemisfério sul oceânico, assim, está se tornando um espaço estratégico em termos de desenvolvimento. Neste quadro, portanto, o Oceano Índico assume crescente importância, com Índia e China aspirando projetar poder nesse importante espaço marítimo para manter o seu desenvolvimento, ao mesmo tempo em que os Estados Unidos e outros atores, como a Alemanha⁷ e demais países-membros da União Europeia, Rússia, Japão e Austrália, bem como potências navais de menor expressão, como Malásia, Singapura e Coreia do Sul, vêm expandindo a sua presença naval e capacidades militares em diversas posições estratégicas do Índico.

Historicamente, o Índico testemunhou o surgimento de uma das primeiras redes comerciais complexas de longa distância nas quais uma série de importantes diásporas foram estabelecidas em toda a região, como em Hadramaute,⁸ Índia e China (CAMPBELL, 2003). No período das expansões coloniais europeias, o Oceano Índico se tornou o bastião da hegemonia global do Império Britânico. Este controle das rotas marítimas se aprofundou com a construção do Canal de Suez (1867) e com o estabelecimento de bases militares em pontos de entrada e saída do Oceano Índico, destacando-se Singapura (Estreito de Malaca) e Golfo de Áden (RIBEIRO; OTAVIO, 2017). Sua hegemonia no Índico se manteve até a Segunda Guerra Mundial.

⁷ Ver seção 3.1.

⁸ A região histórica do Hadramaute está situada ao sul da península Arábica, às margens do Golfo de Áden, e corresponde hoje à extensão territorial leste, principalmente, do Iêmen, bem como parte do Omã.

O sucessor da hegemonia britânica foram os Estados Unidos. Durante a Guerra Fria, os modernos impérios coloniais e os constantes realinhamentos do conflito bipolar acabaram por enfraquecer a unidade econômica tradicional da região (CAMPBELL, 2003). A partir da década de 1970, o Índico se tornou palco de competição naval entre as superpotências (RIBEIRO; OTAVIO, 2017). No século XXI, entretanto, a dinâmica securitária no Índico é mais complexa e mais perigosa do que em qualquer período anterior (KAPLAN, 2011).

Ainda que a pirataria e o terrorismo no Oceano Índico sejam questões atuais e com implicações globais que precisam ser constantemente estudadas, a disputa por poder e influência na região – *Great Power Rivalry* – possui potencial de se tornar uma ameaça securitária de maior alcance, como sustentaram analistas europeus do Calingel Institute (VAN DER PUTTEN; WETZLING; KAMERLING, 2014).

Aproximadamente 50% da Região do Oceano Índico situa-se dentro de um raio de até mil milhas náuticas da Índia, fazendo com que a principal potência da Ásia Meridional tenha um papel central na dinâmica marítima do Índico (KUMAR, 2014). No pós-Guerra Fria, a Índia tem adequado suas capacidades militares e diplomáticas do passado à expansão e abertura econômica do presente, e conta com seu peso demográfico. A recente expansão naval indiana busca afirmar o seu controle frente à crescente disputa de projeção sobre seu entorno estratégico marítimo.

A modernização das forças armadas da Índia, portanto, acompanha o “foco crescente na segurança do Oceano Índico” (IISS, 2021, p. 259, tradução nossa), e não está restrita apenas à Marinha. Em 2020, a Força Aérea Indiana comissionou seu primeiro esquadrão de caças russos multiuso, o Sukhoi Su-30MKI, armados com o mísseis de cruzeiro supersônico, exclusivamente para “monitorar” a região do Oceano Índico (BEDI, 2020, on-line).

Ainda que a Índia seja a potência com maior influência sobre o Oceano Índico atualmente, os Estados Unidos devem permanecer como a maior potência militar presente no oceano pelas próximas décadas. Para além da projeção de poder, Washington também tem interesses econômicos na Região. O país é, e seguirá sendo, o maior consumidor de petróleo do planeta. Consequentemente, é crucial para a política externa e de segurança dos Estados Unidos garantir a importação constante e ininterrupta de hidrocarbonetos, uma vez que sua produção doméstica não é suficiente para suprir a demanda.

Boa parte da operação militar norte-americana está concentrada no atol de Diego Garcia, a maior ilha do arquipélago de Chagos, parte do Território Britânico do Oceano Índico. Trata-se de uma das maiores bases militares do país no exterior, inaugurada em 1966. Além de garantir a projeção e a segurança dos interesses de Washington no Índico, a base também é utilizada para operações militares no Afeganistão e no Iraque.

FIGURA 1: Disputa de Poder no Oceano Índico (em inglês)



Fonte: CARAFANO (2017).

Em 1995, a Quinta Frota dos Estados Unidos, divisão responsável pelas forças navais no quadrante noroeste do Índico, foi reativada após 48 anos de inatividade – juntando-se à numerosa Sétima Frota, baseada no quadrante oeste do Oceano Pacífico, no monitoramento da região. Os Estados Unidos, no entanto, não possuem uma estratégia abrangente para a Ásia Meridional e para o Oceano Índico que vá além da contenção da China e da manutenção dos seus interesses hegemônicos e econômicos, com políticas direcionadas para a região. Para Cohen (2013, p. 185), o governo norte-americano há muito não consegue enxergar a região como um todo, e as transformações do pós-Guerra Fria demandam uma reavaliação organizacional de como Washington deve lidar com a Índia, o Paquistão e o Afeganistão, especialmente, uma vez que “essa região, incluindo o Oceano Índico, possui demasiada importância para ser tratada de forma segmentada, com políticas descoordenadas”.

A presença marítima norte-americana no Oceano Índico vem sendo contrabalançada principalmente pelo contínuo crescimento chinês e indiano na região. As necessidades energéticas de Pequim não são menos significantes que as de Washington, o que esclarece o interesse chinês no entorno estratégico da Ásia Meridional. Disputas recentes entre

os Estados Unidos e a China no Sri Lanka para garantir o fluxo de recursos energéticos provenientes do Golfo Pérsico (MENDIS, 2012) comprovam a dinâmica atual de “choque de potências” na Região do Oceano Índico.

A atual expansão naval da Índia, por outro lado, busca reafirmar seu controle também frente ao crescente interesse chinês no Oceano Índico, também em função da parceria estratégica mantida pela China com o Paquistão – ilustrada pelos investimentos externos diretos chineses em infraestrutura no país, como no caso do Porto de Gwadar, ponto final do Corredor Econômico China-Paquistão (FIALHO, 2020). Desde 2004, a Doutrina Marítima Indiana prevê a condução de exercícios navais e securitários com seus parceiros no Oceano Índico (INDIA, 2015).

Para Robert Kaplan (2011), enquanto a Índia busca expandir sua influência horizontalmente, do leste ao oeste até as fronteiras das Índias Britânicas da era vitoriana, paralelamente ao espaço Índico, a China procura expandir sua influência verticalmente, isto é, ao sul das águas quentes da Região do Oceano Índico. Os chineses desenvolvem dois megaprojetos de infraestrutura na região, com a intenção de criar corredores logísticos que liguem seu interior ao Oceano Índico. Estes projetos estão vinculados à estratégia chinesa da nova Rota da Seda (*Belt and Road Initiative – BRI*). As principais motivações para a construção dos corredores são: garantir a segurança energética, desenvolver o interior chinês e aumentar a interdependência econômica com a Ásia Meridional (RIBEIRO, 2015).

Desde a virada do século, a Marinha Indiana passou a adotar a expressão “Colar de Pérolas” (String of Pearls)⁹ para designar os investimentos chineses em infraestruturas portuárias com potencial uso militar na Região do Oceano Índico – uma perspectiva ainda abstrata. Questiona-se, contudo, se a China teria capacidade de projeção suficiente para proteger tais ativos militares em um cenário de guerra. Até então, apenas o Paquistão autorizou o uso eventual do Porto de Gwadar como base naval chinesa.

Conforme visto no marco teórico oferecido por Buzan & Wæver (2003), a Ásia Meridional está classificada como um complexo regional de segurança do tipo padrão. A região, no entanto, também faz parte de um supercomplexo regional, que envolve os subcomplexos do leste asiático. Isso se deve ao fato de que as relações inter-regionais são marcadas pelo transbordamento dos interesses das grandes potências, como acontece

⁹ O “Colar de Pérolas” seria composto pelos portos de Gwadar (Paquistão), Hambantota (Sri Lanka), Chittagong (Bangladesh) e Kyaukpyu (Mianmar).

hodiernamente no Oceano Índico. Dessa forma, as disputas de poder no Oceano Índico refletem a unificação das dinâmicas securitárias regionais.

A relevância político-estratégica do Oceano Índico para a Ásia Meridional e da segurança marítima deste espaço geopolítico, portanto, se define pela capacidade em influenciar eventos terrestres, considerando as capacidades militares contemporâneas, e de prover controle dos mares, fator de extrema importância em função da crescente dependência do comércio internacional por vias marítimas. Não obstante, com o surgimento de novas disputas de poder, observa-se um processo crescente de reafirmação da soberania dos países regionais, principalmente da Ásia Meridional, sobre suas águas territoriais com o intuito de conter a militarização por potências extrarregionais.

3.1 UMA NOVA POTÊNCIA NO OCEANO ÍNDICO: O CRESCENTE PAPEL DA ALEMANHA E AS NOVAS DIRETRIZES PARA A REGIÃO

Em novembro de 2020, o Ministério da Defesa da Alemanha anunciou que um navio de guerra da *Deutsche Marine* iria patrulhar as águas índicas a partir de 2021, como parte de um plano para gerenciar a influência chinesa na região. A iniciativa militar foi anunciada logo após a Alemanha revelar suas novas Diretrizes Políticas para o Indo-Pacífico em setembro do mesmo ano, que prevê que conflitos latentes na região teriam repercussões globais caso escalonassem (DEUTSCHLAND, 2020).

Em uma conferência organizada pelo think tank Australian Strategic Policy Institute (ASPI) em parceria com a Fundação Konrad Adenauer (KAS), a ministra da defesa alemã, Annegret Kramp-Karrenbauer – que já foi cotada como uma possível sucessora de Angela Merkel –, reafirmou o desejo de seu país desempenhar um papel mais ativo no Oceano Índico e no Indo-Pacífico como um todo, ainda que de forma comedida (REJ, 2020), como é tradicional da retórica diplomática alemã.

A ministra posicionou o desafio estratégico alemão em termos triangulares, situando-o paralelamente ao crescimento da rivalidade entre China e Estados Unidos, as duas principais potências exteriores na região índica da Ásia Meridional, e observando que a Alemanha mantém simultaneamente um forte relacionamento econômico com a China, enquanto desfruta de uma parceria “baseada em valores” com os

Estados Unidos ((REJ, 2020, on-line)). A margem de manobra para uma política exterior e de segurança híbrida, contudo, que compreenda tanto os interesses chineses quanto norte-americanos, vem diminuindo nos últimos anos.

O foco alemão no Oceano Índico representa uma extensão dos seus interesses comerciais e estratégicos, que acarretam a necessidade de diversificar as cadeias de abastecimento. Para a Índia, principal potência regional, há uma clara convergência de interesses, especialmente no que tange à contenção multilateral da China. Neste sentido, a abordagem alemã para a região está calcada principalmente no reforço de normas e regras internacionais, como a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) de 1982.

As novas diretrizes alemãs para o Indo-Pacífico também reconhecem a importância dos organismos regionais e da cooperação estratégica, definindo como uma das prioridades a expansão da cooperação com a *Indian Ocean Rim Association* (IORA) nas áreas segurança marítima e comércio, bem como de gestão de risco de desastres, visando à promoção da competência e capacitação desta organização. A Alemanha atua como parceira (*dialogue partner*) da IORA desde 2015, e o documento prevê que “no futuro, o governo federal pretende explorar mais plenamente o vasto potencial da IORA como uma estrutura institucional para maior cooperação e prevenção de crises.” (DEUTSCHLAND, 2020, p. 26).

As diretrizes também priorizam uma parceria mais próxima vis-à-vis a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) com o objetivo de diversificar as relações internacionais da Alemanha na Ásia. Nas palavras de Peter Schoof, embaixador alemão na Indonésia, “a União Europeia e a Associação de Nações do Sudeste Asiático são as organizações regionais mais desenvolvidas do mundo” hoje (ORTH, 2020, on-line).

4. INTEGRAÇÃO REGIONAL E COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA NO OCEANO ÍNDICO

A importância da análise das dinâmicas de competição, cooperação e integração que envolve os organismos e as instituições internacionais, bem como da governança global de “bens públicos” como os oceanos no cenário pós-Guerra Fria, foi projetada, já no final do século XX, pelo politólogo Fred Halliday:

Recentemente, o conceito de “governança global” ganhou importância e, despojado de aspirações não realistas, pode ser visto a partir de vários componentes: o fortalecimento das instituições globais e regionais existentes, a evolução da lei e das normas prevalecendo sobre o comportamento internacional, a proteção e a promoção internacional dos “bens públicos”, sejam estes o meio ambiente, o espaço, os minerais ou os oceanos (HALLIDAY, 1999, p. 242).

Com o déficit democrático que sofrem as mais importantes instituições de governança global, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas, as ações dos organismos regionais e extrarregionais de cooperação multilateral tendem a assumir posições de protagonismo no cenário internacional. No caso do Oceano Índico, a falta de um acordo multilateral abrangente sobre a segurança marítima faz com que a dinâmica de projeção de forças e choque de potências seja altamente problemática (VAN DER PUTTEN; WETZLING; KAMERLING, 2014).

Igualmente, a pirataria e o tráfico internacional de drogas na região e a latente necessidade de proteção do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável demandam esforços conjuntos por se tratarem de problemas com implicações globais. Além da importância estratégica para o comércio internacional, o Oceano Índico conta com fontes próprias e abundantes de recursos energéticos, como jazidas de gás e petróleo. Nesse prisma, é crescente a preocupação com a proteção do meio ambiente dentro da conjuntura de desenvolvimento sustentável, devido aos acidentes que envolvem o derramamento de petróleo e produtos químicos, bem como de demais procedimentos navais que são prejudiciais à vida marinha.

A ausência de um acordo abrangente para administrar a região é compensada parcialmente pela emergência de dois organismos internacionais já no pós-Guerra Fria: o *Indian Ocean Naval Symposium* (IONS) e a *Indian-Ocean Rim Association* (IORA). Dentre as demais iniciativas de cooperação locais, ainda, destaca-se também o *Indian Ocean Dialogue* (IOD), fórum vinculado à IORA e ao IONS que proporciona diálogo entre representantes governamentais e da sociedade civil. Para além do IONS e da IORA, a Índia também participou da criação do grupo *Indian Ocean Five* (IO-5), que reúne Maldivas, Maurício, Seychelles e Sri Lanka. O IO-5 atua no compartilhamento de inteligência e consciência de situação, por meio

de radares e sensores conjuntos instalados nos países-membros.

Além das iniciativas supramencionadas, em 2017 o Diálogo de Segurança Quadrilateral (QUAD), fórum composto por Austrália, Índia, Japão e Estados Unidos, foi reativado após uma década de ociosidade. Somente em março de 2021 os líderes dos quatro Estados se reuniram oficialmente pela primeira vez, 14 anos após a sua fundação. A sua reativação está atrelada à preocupação dos quatro países com o crescimento das disputas e rivalidades na região, porém o seu impacto regional ainda é incipiente.

A Índia figura como a principal protagonista no âmbito da cooperação multilateral no Oceano Índico. Nova Déli almeja demonstrar que não busca uma esfera de influência exclusiva no Índico, ao mesmo tempo em que direciona a agenda multilateral para atender os seus interesses; Pequim, por sua vez, é um dos principais críticos à atuação indiana na região (RIBEIRO; OTAVIO, 2017).

A integração e a cooperação multilateral também esbarram em impedimentos políticos históricos entre os países da região, em particular na problemática relação entre Índia e Paquistão. Na Ásia Meridional e no Oceano Índico, Índia e Paquistão compartilham os mesmos pontos de estrangulamento, os mesmos interesses étnicos para além-mar (especialmente na região do Golfo Pérsico) e as mesmas preocupações com a pirataria e o contrabando, e ainda assim têm dificuldade em cooperar diretamente de forma efetiva (COHEN, 2013).

De qualquer forma, tais coalizões de cooperação regional estratégica, que reúnem em sua maioria potências médias e regionais do antigo Terceiro Mundo, para Acharya (2012), constituem uma resposta que almeja reduzir o escopo da interferência de potências mais fortes nas suas regiões por meio de mecanismos e normas regulatórias de não-intervenção e propostas de zonas de paz e neutralidade, como é o caso da ideia do Oceano Índico como uma zona de paz¹⁰ – que está, paradoxalmente, inserido em uma região que representa uma zona de conflito (Ásia Meridional), de acordo com a interpretação de “dois mundos” do sistema internacional apresentada anteriormente.

¹⁰ A ideia de o Oceano Índico constituir uma zona de paz não é nova. Em novembro de 1986, o então premier da União Soviética, Mikhail Gorbachev, chamou a atenção da Organização das Nações Unidas para a necessidade de reduzir os riscos de guerra na região, convocando uma conferência para constituir uma zona de paz no Oceano Índico (COHEN, 2013).

Trata-se de um espaço que ilustra o Sul Geopolítico do planeta, com projeção de força de diversos países do antigo Terceiro Mundo, alguns deles agora considerados “potências emergentes”. E, ainda que os Estados Unidos possuam forte presença na região, ao contrário dos oceanos Pacífico e Atlântico o Oceano Índico, hoje, não possui uma superpotência (KAPLAN, 2011). Para Robert Kaplan (2011), é nessa área geográfica que melhor podemos vislumbrar a ideia de um mundo pós-Americano, como já explorado por Fareed Zakaria (2011) – ou, para Oliver Stuenkel (2016), um mundo pós-Occidental.

Argumenta-se, no entanto, que a presença de instituições e organismos internacionais de articulação e coordenação do Oceano Índico incentiva o diálogo e a cooperação entre os diferentes atores, bem como projeta a inserção multilateral sistemática de potências médias regionais e extrarregionais, porém não extingue a possibilidade de conflitos.

4.1 INDIAN OCEAN NAVAL SYMPOSIUM (IONS)

O fórum de atuação mais relevante atualmente é o IONS, uma iniciativa indiana que reúne os chefes navais de um grande número de países da Região do Oceano Índico (CORDNER, 2011). O IONS é uma organização que busca aumentar a cooperação marítima entre as marinhas dos estados litorâneos da região, fornecendo um fórum para discussão de questões marítimas relevantes. Busca, igualmente, gerar um fluxo de informações entre profissionais navais que objetiva um entendimento comum e soluções cooperativas (IONS, 2017). Foi inaugurado em fevereiro de 2008, em Nova Délhi, na Índia, sob a temática “Desafios Transnacionais Contemporâneos: conexões marítimas internacionais”. O Chefe da Marinha da Índia (*Chief of the Naval Staff – CNS*) foi designado presidente do IONS. Na ocasião, uma Carta foi mutuamente acordada e ratificada pelos chefes das marinhas que compõem a organização (IONS, 2017).

De acordo com documentos oficiais da iniciativa, o IONS possui quatro objetivos principais:

- (i) Promover uma compreensão compartilhada das questões marítimas enfrentadas pelos países do Oceano Índico e a formulação de um conjunto comum de estratégias destinadas a melhorar a segurança marítima regional;
- (ii) Fortalecer a capacidade de todos os Estados do litoral do Oceano Índico para enfrentar desafios atuais e antecipados à segurança e estabilidade marítima;
- (iii) Estabelecer e promover uma variedade de

mecanismos transnacionais, marítimos e cooperativos destinados a mitigar as preocupações de segurança marítima no Oceano Índico;

(iv) Desenvolver a interoperabilidade em termos de doutrinas, procedimentos, sistemas e processos organizacionais e logísticos, de modo a promover o desenvolvimento de capacidades navais regionais para assistência humanitária rápida e eficaz, e assistência em caso de desastre em toda a região do Oceano Índico (IONS, 2017, on-line, tradução nossa).

O IONS é composto por 35 marinhas geograficamente agrupadas entre quatro sub-regiões: os litorais sul-asiáticos (Bangladesh, Índia, Maldivas, Paquistão, Seychelles e Sri Lanka); os litorais do sudoeste asiático (Bahrein, Irã, Iraque, Kuwait, Omã, Catar, Arábia Saudita, Emirados Árabes e Iêmen); os litorais do leste africano (Comores, Djibuti, Egito, Eritreia, França, Quênia, Madagascar, Maurício, Moçambique, Somália, África do Sul, Sudão e Tanzânia); e os litorais australianos e do sudeste asiático (Austrália, Indonésia, Malásia, Myanmar, Singapura, Tailândia e Timor-Leste).

4.2 INDIAN-OCEAN RIM ASSOCIATION (IORA)

A IORA é uma organização internacional composta por 21 Estados-membros delimitados pelos mares Índicos, sendo a única organização internacional a abranger todo o Oceano Índico. A organização tem suas origens na Iniciativa para o Oceano Índico (*Indian Ocean Initiative*), de 1995, e no *Indian Ocean Rim Association for Regional Cooperation* (IOR-ARC), de 1997.

Em março de 1995, o Governo da República de Maurício, hoje sede da organização, convocou uma reunião para discutir o aprimoramento da cooperação econômica entre os países da costa do Oceano Índico. Participaram da reunião representantes de governos, universidades e empresas da Austrália, Índia, Quênia, Maurício, Omã, Singapura e África do Sul (IORA, 2017). Em uma declaração conjunta, os participantes declararam ter acordado “princípios de regionalismo aberto e inclusão dos membros, com o objetivo de promoção da cooperação comercial, cujas atividades se concentrarão na facilitação do comércio, promoção de investimentos e cooperação econômica” (IORA, 2017, on-line, tradução nossa). Identifica-se, portanto, quatro componentes principais como pilares para a cooperação regional no âmbito do IOR-ARC/IORA: (i) liberalização comercial; (ii) facilitação do comércio e do investimento; (iii) cooperação

econômica e técnica; e (iv) diálogo comercial e de investimento (GUPTA, 2010).

A IORA foi formalmente lançada na primeira Reunião Ministerial de Maurício, em março de 1997, após um encontro em setembro de 1996 que finalizou a Carta para a criação da organização e expandiu a participação para incluir Indonésia, Malásia, Sri Lanka, Iêmen, Tanzânia, Madagascar e Moçambique. A reunião ministerial adotou formalmente a Carta da IORA e determinou o quadro administrativo e processual dentro do qual a organização se desenvolveria. A organização possui grupos de trabalho estruturados em um sistema tripartite, que combina setores governamentais, acadêmicos e privados (IORA, 2017). A IORA, contudo, destina-se prioritariamente à cooperação econômica, e não de segurança, e possui problemas a nível organizacional (VAN DER PUTTEN; WETZLING; KAMERLING, 2014).

4.3 COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA NO SUL GEOPOLÍTICO: EM BUSCA DO APRIMORAMENTO DE ARTICULAÇÕES COMUNS DE PROJEÇÃO E MONITORAMENTO NO OCEANO ÍNDICO¹¹

Países em desenvolvimento e líderes do Sul Geopolítico, como Índia, Brasil e África do Sul, já protagonizam, desde 2003, por meio do Fórum IBAS, um notável e dinâmico meio de concertação político-diplomática baseado na cooperação Sul-Sul e no fortalecimento das instituições e procedimentos multilaterais que possuem projeção de poder no Oceano Índico (KUMAR, 2009). O IBSAMAR, exercícios de cooperação naval entre as marinhas de guerra dos três países realizados em 2008, 2010, 2012, 2014, 2016 e 2018, consolidou a importância desse tipo de colaboração marítima, mostrando potencial para atuar juntamente às instituições de cooperação marítima do Oceano Índico, como o *Indian Ocean Naval Symposium* (IONS), do qual Índia e África do Sul também fazem parte, e a *Indian-Ocean Rim Association* (IORA). Grande parte da relevância geopolítica e geoestratégica do IBAS traduz-se no potencial latente de influência sobre o hemisfério

¹¹ Agradeço, nesta seção, ao Vice-Almirante André Luiz Silva Lima de Santana Mendes, então Diretor da Escola de Guerra Naval (EGN), pelas contribuições oferecidas durante entrevista realizada em setembro de 2017.

sul marítimo. Esse potencial se materializaria pelas potencialidades do IBSAMAR, porém está condicionado a um maior investimento nas forças armadas desses países, processo já iniciado principalmente na Índia, e à coordenação e concretização da agenda política da instituição (PEREIRA; CLOSS, 2014).

O IBSAMAR representa a consolidação da geopolítica meridional da cooperação Sul-Sul, traduzida pelo IBAS: um agrupamento capaz de forjar instrumentos que articulem as relações entre seus próprios espaços regionais. Dentro dessa linha, Francis Kornegay (2008) sustenta que o IBSAMAR possui potencial para a criação de uma estrutura multilateral marítima de segurança meridional que abranja também o IONS, IORA, SADC¹² e a ZOPACAS¹³. O IBAS, ainda, compreende planos de ação que preveem “treinamento conjunto para a participação em operação de manutenção de paz, cooperação no combate ao tráfico de armas ilegais e narcóticos, no trânsito marítimo de produtos químicos tóxicos e lixo radioativo nos oceanos Índico e Atlântico” (CEPIK, 2009, p. 118).

Os países do Sul Geopolítico, portanto, devem se articular para desenvolver e aprimorar os mecanismos de monitoramento e projeção nesse espaço de crescente interesse no concerto estratégico do século XXI. Tal projeção, focada na segurança e governança dos mares e diante da crescente importância da defesa marítima para os planos estratégicos de política externa desses países, possui potencial de longo prazo para transformar o Oceano Índico em uma área de influência.

5. CONCLUSÃO

Este artigo buscou oferecer um panorama da dinâmica regional e das disputas de poder na Região do Oceano Índico, bem como apontar as características dos principais organismos de cooperação naval e governança regional existentes. O hemisfério sul oceânico está se tornando um espaço estratégico em termos de desenvolvimento e de integração regional, ainda que incipiente. A Região do Oceano Índico, nesse sentido, desponta como um dos teatros mais importantes do mundo e tende a se tornar um palco cada vez mais relevante, dada a ascensão econômica e geopolítica das potências regionais e extrarregionais presentes.

Os Estados Unidos devem permanecer como a maior potência

¹² Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.

¹³ Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

militar do Oceano Índico pelas próximas décadas, mas a sua presença marítima vem sendo desafiada pela intensificação da projeção indiana e chinesa na região, ilustrando o choque de potências existente. A intensificação dos padrões de competição pode ser observada sob diferentes óticas: (i) na modernização militar e exercícios marítimos perseguidos pela Índia (2015); (ii) na reativação da Quinta Frota dos Estados Unidos da América, que se juntou à Sétima Frota nas operações do Índico; (iii) na proliferação de bases navais e pontos de observação por parte de Estados Unidos, China e Índia (Figura 1); (iv) nos ostensivos investimentos chineses em infraestrutura portuária na região; (v) em disputas recentes entre os Estados Unidos e a China em países menores da região, como o Sri Lanka, para garantir o fluxo de recursos energéticos provenientes do Golfo Pérsico, conforme explorado por Mendis (2012); (vi) na reativação de fóruns de diálogo, como é o caso QUAD; e (vii) no renovado interesse de atores extrarregionais, aqui expemplificado pelo caso da Alemanha, com a multiplicação de novas diretrizes e documentos que priorizam a Região do Oceano Índico.

A tendência de longo prazo aponta para a ascensão da Índia como um novo polo do sistema internacional, o que mudaria qualitativamente suas relações com o ambiente exterior e transformaria as características do complexo regional de segurança sul asiático, que já é mercado pelo transbordamento de interesses e disputa entre as potências regionais do supercomplexo asiático e extrarregionais, conforme explorado na abordagem teórica escolhida.

A nível regional, entretanto, mesmo que a Índia aumente sua primazia de poder, a Região do Oceano Índico provavelmente continuará fragmentada. A presença chinesa é positiva sob o aspecto do aumento da interdependência econômica entre os países. Todavia, é do interesse da China que a Índia se mantenha ocupada com a vizinhança próxima, prevenindo uma divisão do protagonismo entre as duas potências na Ásia. Quanto à integração, a ausência histórica de cooperação multilateral abrangente é compensada parcialmente pela emergência de dois organismos internacionais no pós-Guerra Fria: o *Indian Ocean Naval Symposium* (IONS) e a *Indian-Ocean Rim Association* (IORA), processos liderados pela Índia.

Ainda que a possibilidade de conflito não possa ser descartada, China e Índia, a curto e médio prazo, competirão mais por influência do que com poder militar, ao passo que a Marinha dos Estados Unidos

busca promover a cooperação com outras marinhas aliadas para proteger os bens comuns marítimos, dos quais é dependente, servindo como um contrapeso para o poder projetado por Pequim e Nova Déli . O Oceano Índico também tem sido fonte de novas descobertas, com abundantes recursos energéticos, como jazidas de gás e petróleo. Nesse sentido, é crescente também a preocupação com a proteção do meio ambiente neste espaço, posto que os assuntos do mar geram consequências terrestres e de ordem atmosférica.

As potências regionais da Região do Oceano Índico percebem como essencialmente necessárias tanto a reafirmação da soberania sobre suas águas territoriais, como a manutenção da segurança para a navegação e o bloqueio de qualquer iniciativa de militarização desse espaço marítimo por potências extrarregionais. A cooperação realizada até o momento, todavia, não se mostra suficiente para evitar o aumento das tensões e a prevenção de disputas militarizadas. Desse modo, depreende-se por fim que é pertinente aos países do Sul Geopolítico o desenvolvimento de articulações conjuntas de longo prazo e mecanismos de monitoramento e projeção nesse espaço de crescente interesse no concerto estratégico do século XXI.

GREAT POWER RIVALRY AND REGIONAL INTEGRATION IN THE INDIAN OCEAN RIM: STRATEGIC DIMENSION AND POWER DISPUTES IN THE POST-COLD WAR ERA

ABSTRACT

This paper presents an overview of some of the major trends that point towards the intensification of power disputes in the Indian Ocean Region, a space of growing interest in the 21st century strategic concert. In this perspective, the strategic importance of this space will be analyzed in depth, as well as the regional security dynamics, the existing Great Power Rivalry and regional integration efforts. The central hypothesis suggests that importance acquired by the region on the global stage gave rise to a “clash of powers”, with the United States, India and China being the main actors involved. The research also sought to contextualize the increased interest in the Indian Ocean with official guidelines recently adopted by relatively new actors in the region, such as the case of Germany.

Keywords: Great Power Rivalry; South Asia; Indian Ocean.

REFERÊNCIAS

ACHARYA, A. **Asian approaches to international order and global governance: conflict and convergence**. Singapore: NUS, 2012. (CAG Working paper, 28).

BEDI, R. Indian Air Force commissions first squadron of Su-30MKI fighters armed with the BrahMos-A missile. **Janes**, 20 jan. 2020. Disponível em: <https://www.janes.com/defence-news/news-detail/indian-air-force-commissions-first-squadron-of-su-30mki-fighters-armed-with-the-brahmos-a-missile>. Acesso em: 2 jul. 2021.

BUZAN, B. **People, States, and Fear**. Brighton: Wheatsheaf, 1983.

BUZAN, B; WÆVER, O. **Regions and Powers: the structure of international security**. New York: Cambridge University Press, 2003.

BREWSTER, David. **India's Ocean: the story of India's bid for regional leadership**. Abingdon: Routledge, 2014.

CALVOCORESSI, P. **World Politics since 1945**. 9. ed. Harlow: Longman, 2009.

CAMPBELL, G. **The Indian Ocean Rim: Southern Africa and Regional Co-operation**. New York: Routledge, 2003.

CARAFANO, J. J. Washington poised to become New Delhi's partner in the Indian Ocean. **GIS Reports** (Geopolitical Intelligence Services), 27 nov. 2017. Disponível em: <https://www.gisreportsonline.com/washington-poised-to-become-new-delhis-partner-in-the-indian-ocean,defense,2399.html>. Acesso em: 2 jul. 2021.

CEPIK, M. Segurança Nacional e Cooperação Sul-Sul: Índia, África do Sul e Brasil. In: **Brasil, Índia e África do Sul: desafios e oportunidades para novas parcerias**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

CEPIK, M. Segurança Internacional: da ordem internacional aos desafios para a América do Sul e para a CELAC. In: ECHANDI, Isabel; SORIA, Adrán. (Org.). **Desafíos estratégicos del regionalismo contemporáneo: CELAC e Iberoamérica**. 1 ed. San Jose: FLACSO, 2013.

COHEN, S. P. **Shooting for a Century: the India-Pakistan conundrum**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2013.

CORDNER, L. Progressing Maritime Security Cooperation in the Indian Ocean. **Naval War College Review**, v. 64 n.4, autumn 2011.

CORDSMAN, A.; TOUKAN, A. **The Indian Ocean Region: A Strategic Net Assessment**. Center for Strategic & International Studies: Washington, 2014.

DEUTSCHLAND. Leitlinien zum Indo-Pazifik. **Die Bundesregierung**, August 2020. Disponível em: <https://www.auswaertiges-amt.de/en/aussenpolitik/regionaleschwerpunkte/asien/german-government-policy-guidelines-indo-pacific/2380510>. Acesso em: 2 jul. 2021.

FIALHO, V. L. **Investimentos Diretos Externos Chineses no Paquistão (1965-2018): financiando a infraestrutura para o desenvolvimento**. 2020. 140 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

GUPTA, M. **Indian Ocean Region: maritime regimes for regional cooperation**. New York: Springer, 2010.

HALLIDAY, F. **Repensando as Relações Internacionais**. Tradução de Cristina Soreanu Pecequilo. Porto Alegre: NERINT/UFRGS, 1999.

INDIA. Ensuring Secure Seas: Indian Maritime Security Strategy. **Naval Strategic Publication (NSP)** Indian Navy, 1. 2 oct. 2015. Disponível em: https://www.indiannavy.nic.in/sites/default/files/Indian_Maritime_Security_Strategy_Document_25Jan16.pdf. Acesso em: 2 jul. 2021.

IONS. **Indian Ocean Naval Symposium**. Disponível em: <http://iora.net/>. Acesso em: 17 jun. 2017.

IORA. **Indian-Ocean Rim Association**. Disponível em: <http://ions.gov.in>. Acesso em: 17 jun. 2017.

IISS. The International Institute for Strategic Studies. **The Military Balance 2021**. Routledge: London, 2021.

KAPLAN, R. D. Center Stage for the 21st century, **Foreign Affairs**, v. 88, n. 2, mar-abr. 2009, p. 16-32.

KAPLAN, R. D. **Monsoon: the Indian Ocean and the Future of American Power**. New York: Random House, 2011.

KORNEGAY, F. The Geopolitics of IBSA: The South African Dimension, **International Policy Center for Inclusive Growth**, p. 1-21, 2008.

KUMAR, D. A competição no Oceano Índico à luz do emergente triângulo estratégico, **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, n. 14, 2009.

MENDIS, P. Destiny of the Pearl: How Sri Lanka's Colombo Consensus Trumped Beijing and Washington in the Indian Ocean. **Yale Journal of International Affairs**, v. 7, n. 2, set. 2012.

NAVIO encalhado no Canal de Suez: por que o incidente pode piorar a crise econômica global. **DefesaNet**, 26 mar. 2021. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/crise/noticia/40178/Navio-encalhado-no-Canal-de-Suez--por-que-incidente-pode-piorar-crise-economica-global/>. Acesso em: 2 jul. 2021.

ORTH, M. "The EU and ASEAN are predestined for a close partnership": An interview with Ambassador Dr Peter Schoof about Germany's new guidelines for its future Indo-Pacific policy. **Deutschland.de**, oct. 19, 2020. Disponível em: <https://www.deutschland.de/en/topic/politics/indo-pacific-german-guidelines-for-future-policy>. Acesso em: 2 jul. 2021.

PEREIRA, A. D.; CLOSS, M. B. A importância do Fórum IBAS na nova geopolítica mundial, **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 35-44, 2014.

REJ, A. German Defense Minister Continues Her Indo-Pacific Campaign. **The Diplomat**, nov. 05, 2020. Disponível em: <https://thediplomat.com/2020/11/german-defense-minister-continues-her-indo-pacific-campaign/?fbclid=IwAR2h2gT0Gck4WI7GH9Kyyg0WvBzKVgsReeIrmOuWGGsunAlim-CW5v5wAhk>. Acesso em: 2 jul. 2021.

RIBEIRO, E. H. **A Rivalidade e a Cooperação nas Relações China-Índia**: o contexto asiático e o caso de Mianmar. 2015. 226 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

RIBEIRO, E. H. **A Grande Estratégia da Índia**: ascensão de uma nova grande potência no século XXI? 639 f. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

RIBEIRO, E. H.; OTAVIO, A. Geopolítica e Cooperação no Atlântico Sul e no Oceano Índico: uma análise comparativa das iniciativas e desafios. **Seminários de Estudos Estratégicos 2016**, Porto Alegre: UFRGS/PPGEEI, 2017.

STUENKEL, O. **O Mundo Pós-Occidental**: potências emergentes e a nova ordem global. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

VAN DER PUTTEN, F; WETZLING, T; KAMERLING, S. Geopolitics and Maritime Security in the Indian Ocean. **Calingel Institute Policy Brief**, The Hague Institute for Global Justice, aug., 2014.

VISENTINI, P. **Relações Diplomáticas da Ásia**: articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira). Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

ZAKARIA, Fareed. **The Post-American World**. 2. ed. New York: W. W. Norton & Company, 2011.

Recebido em: 13/01/2021

Aceito em: 27/04/2021